

CTAP/CNRH
Versão 69ª Reunião

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.009-B, DE 1997

Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água

(ABRAGE) Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, em novas barragens, e dá outras providências

(MT-FRED) Estabelece a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviária de níveis, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água, e institui o planejamento integrado entre a geração hidrelétrica e a navegação.

(MPOG) Disciplina a construção de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível e estabelece procedimentos de proteção à fauna aquática na implantação de barragens de cursos de água.

*COPEL - **Dispõe^a** sobre a obrigatoriedade da inclusão de eclusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível na implantação de barragens **em** cursos de água.*

MME - “Dispõe sobre dispositivos de transposição hidroviária de nível, no Sistema Hidroviário Nacional”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

ABRAGE – Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, em novas barragens destinadas a quaisquer finalidades, em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis.

MT-FRED - Art. 1º Esta lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água, e sobre o planejamento integrado entre a geração hidrelétrica e a navegação.

*COPEL - Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de eclusas, ou outros dispositivos de transposição de nível em barragens **em** cursos de água.*

MME - “Dispõe sobre dispositivos de transposição hidroviária de nível, no Sistema Hidroviário Nacional”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 1º

MT-FRED - Art. 2º - O planejamento do aproveitamento dos potenciais hidráulicos far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior federal.

INCLUIR

§ 1º - O parágrafo 3º do artigo 5º da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a ter a seguinte redação: “§ 3º *Considera-se "aproveitamento ótimo", todo potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo do barramento; arranjo físico geral otimizado, incluindo eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis; melhores níveis d'água operativos, considerando a geração hidrelétrica e a navegação interior federal; reservatório; e potência; integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica (NR).*”

§ 2º - Ficam introduzidos na Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, o § 4º do artigo 5º e o artigo 8-A, com as seguintes redações:

“§ 4º - *a divisão de quedas de que trata o parágrafo anterior deve se basear em inventário de toda a bacia hidrográfica em que se inserir o aproveitamento de potencial hidráulico, considerando a geração hidrelétrica e a navegação interior federal de forma integrada e objetivando o desenvolvimento sustentável.*

.....
Art. 8-A – *Aplicam –se a todo e qualquer aproveitamento de potencial hidráulico o dispostos nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 5º desta lei.” § 3º - O planejamento integrado de que trata este artigo gerará um programa de ação integrada para cada bacia hidrográfica, contendo, dentre outros:*

- a) plano de definição das embarcações-tipo;*
- b) plano de inventário de potencial hidráulico, objetivando a geração hidroenergética e a navegação interior;*
- c) plano sinérgico de construção de barramentos, considerando a geração hidrelétrica e a navegação;*
- d) plano de adequação de canais de navegação em reservatórios a serem construídos;*
- e) plano de redemarcação dos terrenos reservados de que trata o artigo 14 do Código de Águas (Decreto n.º 24.643, de 10 de julho de 1934), em face dos reservatórios;*
- f) plano de construção de reservatórios de acumulação;”*

Justificativa da substituição do artigo 2º: O planejamento integrado que se almeja é entre a geração hidrelétrica e a navegação, não entre a União e os estados. É certo que navegação é competência da União e dos estados e que articulação entre esses entes deve haver, mas dentro dos princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação de que trata o inciso XXI do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, não na virtual lei em comento. É extremamente ilógico se planejar a utilização dos rios para navegação, definindo locais para construção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, sem se considerar o aproveitamento desses rios para geração hidrelétrica, pois o desperdício de tempo e recursos é patente.

§ 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)

ABRAGE – § 4º A União e os Estados se articularão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)

COPEL - § 4º A União e os Estados se articularão para a elaboração do planejamento nacional integrado de logística e transporte, contemplando em especial a rede de hidrovias com base na avaliação da viabilidade técnica e econômico a que se refere o Art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.” (NR)

MME - “Art. 2º A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 4º-A:

“Art. 4º-A União e os Estados se articularão para o planejamento da expansão do SNV e da infra-estrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre.

§1º Os Planos da expansão do SNV e da infra-estrutura adequada de transporte aquaviário e terrestre terão horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

§ 2º O planejamento de que trata o caput será norteado pelas diretrizes gerais do gerenciamento da infra-estrutura e da operação dos transportes aquaviários.

§ 3º A definição de futuras hidrovias com suas características básicas de calado, de fluxo de transporte esperado de pessoas e bens e localização de eventuais dispositivos de transposição hidroviária de níveis deverá estar de acordo com o disposto nos Planos de Recursos Hídricos, de que trata o art. 6º da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.” (NR)”

Art. 3º A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

RETIRAR – MT-FRED

OBS.:Os bens de uso comum do povo não admitem utilização exclusiva, ou seja, um uso não pode turbar outro uso do mesmo bem. Assim, como o artigo 13 da Lei n.º 9.433/1997 já incorpora essa filosofia e como se propugna pela adoção do planejamento integrado, não há objetividade no artigo 13-A, como proposto, e na maioria de seus parágrafos.

“Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

ABRAGE – RETIRAR. Justificativa: A outorga de direito de uso de recursos hídricos para a construção de barragens de usinas hidrelétricas não pode estar condicionada à viabilidade ou não da implantação de eclusas, uma vez que, já é de entendimento que essas concessões podem se dar em tempos diferentes.

RETIRAR – MT-FRED

COPEL - “Art. 13-A – A outorga de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem em cursos de água navegáveis ou potencialmente navegáveis de domínio da União é condicionada à prévia avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de **hidrovia^a nesses cursos de água elaborada por ANTAQ^b**.

MME - Art. 13- A. Nas outorgas de uso de recursos hídricos deverá ser garantida a separação e a independência dos aproveitamentos de cada uso no que se referem aos custos, estudos, processos, projetos, licitações e operação, respeitadas as áreas de competência de cada órgão responsável pelos respectivos usos.

§ 1º A outorga de uso de recursos hídricos para o setor hidroviário ficará condicionada à identificação global dos impactos físicos e econômicos sobre os demais usos dos recursos hídricos afetados, a montante e a jusante, e à preservação dos contratos de concessões e dos atos de outorga de autorização existentes, incluindo a hipótese de indenizações financeiras, nos seguintes casos:

- I – para dispositivos de transposição hidroviária de níveis em barragem existente;
- II – para aproveitamento que envolva o barramento de hidrovia existente.

§ 1º A responsabilidade pela avaliação a que se refere o *caput* será definida no processo de concessão do serviço público que der origem à demanda da construção da barragem.

RETIRAR – ABRAGE

RETIRAR – MT-FRED – JUSTIFICATIVA - Os potenciais hidráulicos são bens públicos dominicais da União. Há concessão, autorização e simples registro no uso desses bens por particulares. Não se pode confundir concessão de uso de bem público com concessão de serviço público, pois, consoante o artigo 175 da CRFB, os serviços públicos só podem ser outorgados por

concessão ou permissão. Há barragens hidrelétricas que geram energia para uso exclusivamente privado, é bom que se registre.

(MPOG) § 1º A avaliação a que se refere o *caput* será feita pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial, que determinará as características técnicas necessárias ao desenvolvimento do projeto das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

MME – RETIRAR - Diante da proposição do novo art. 13-A, sugere-se a retirada destes parágrafos, porque versa sobre a dinâmica dos estudos. O ponto é que o equacionamento deve ser construído, à luz do princípio da separabilidade de processos, implantação e projetos de tal maneira que os outros usos não sejam afetados pelo descumprimento de prazos ou ausência de interessados para a realização dos estudos de disposição de transposição hidroviária. Essa estruturação merece ser realizada com muito cuidado até porque já existe alguma legislação atinente no setor de transporte e de recursos hídricos.

§ 2º No caso de ser comprovada a viabilidade, a construção da barragem deverá ser feita de forma compatível com a implantação simultânea, ou posterior, da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

RETIRAR – ABRAGE

RETIRAR – MT-FRED

COPEL – § 2º No caso de ser comprovada a viabilidade **da implantação de hidrovias no curso de água, o projeto do empreendimento^a** deverá ser feito de forma **a compatibilizar^b** a implantação simultânea, ou posterior, **da barragem, e demais estruturas associadas, e** da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

MME – RETIRAR - Diante da proposição do novo art. 13-A, sugere-se a retirada destes parágrafos, porque versa sobre a dinâmica dos estudos. O ponto é que o equacionamento deve ser construído, à luz do princípio da separabilidade de processos, implantação e projetos de tal maneira que os outros usos não sejam afetados pelo descumprimento de prazos ou ausência de interessados para a realização dos estudos de disposição de transposição hidroviária. Essa estruturação merece ser realizada com muito cuidado até porque já existe alguma legislação atinente no setor de transporte e de recursos hídricos.

§ 3º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

ABRAGE – § 1º Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos no que se refere aos custos de investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

RETIRAR – MT-FRED – JUSTIFICATIVA - A navegação usa os rios longitudinalmente, diferentemente dos demais usos da água, que os utilizam pontualmente. Daí a sabedoria da Lei n.º 9.433/1997 em preservar a navegabilidade, considerando que um uso de recurso hídrico não pode turbar os outros. Se um particular construir uma barragem em um rio plenamente navegável, como o rio Amazonas, esse particular é quem deve prover esse barramento de um sistema de transposição hidroviária de níveis, e operá-lo, em ação de mitigação dos efeitos da existência do próprio barramento. Tratar-se-á de mitigação da turbância do direito de navegar, não mitigação ambiental, é bom que se frise. A navegação de um rio plenamente navegável, que já seria onerada com a construção de um sistema de transposição hidroviária de níveis, com o aumento dos tempos de viagem, não pode arcar com o ônus da mitigação em tela, beneficiando o barrageiro.

MPOG – INCLUIR § 4º A União poderá arcar com os custos de implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

MME – RETIRAR - Diante da proposição do novo art. 13-A, sugere-se a retirada deste parágrafo, posto tratar-se do mesmo assunto

§ 4º Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

ABRAGE – § 2º Consideram-se, para os efeitos desta Lei: (RENUMERAR)

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – INCLUIR – RENUMERAR 5º

MME – “§ 2º Consideram-se, para os efeitos dessa Lei, como cursos d'água, navegáveis ou potencialmente navegáveis, as correntes, trechos de rios ou vias que assim sejam definidos em conformidade com o planejamento setorial que considere calado mínimo e máximo, bem como a intermodalidade, de mínimo custo e de longo do prazo, aprovado pelo Poder Competente.

I - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

ABRAGE – I - cursos de água navegáveis são rios, lagos e canais que constituem o Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea.

RETIRAR – MT-FRED

MME – RETIRAR

II - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

ABRAGE – II - cursos de água potencialmente navegáveis são aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos.

RETIRAR - MT-FRED

MME – RETIRAR

§ 5º Não se aplica o disposto no *caput*:

MPOG – RENUMERAR 6º

ABRAGE – RENUMERAR 3º

RETIRAR – MT-FRED - JUSTIFICATIVA - Não há coerência em se excepcionar apenas os aproveitamentos hidroenergéticos cujo potencial seja menor ou igual a 50 MW. Existirá uma relativa injustiça, pois: Um aproveitamento hidroenergético de potencial hidráulico inferior a 50 MW pode ser um grande obstáculo à navegação, dependendo do rio em que se inserir; Barragens para outros usos que não a geração hidroenergética, situadas em um mesmo rio, poderão ter alturas maiores do que barragens hidrelétricas de potencial hidráulico menor ou igual a 50 MW; A Lei n.º 9.433/1997 é uma lei de comando constitucional que trata de recursos hídricos. Ela não pode dar tratamento diferenciado para um uso da água.

MME – RETIRAR - Não há porque vincular a navegabilidade à potência de aproveitamentos hidrelétricos. Propõe-se a supressão do parágrafo.

I - aos potenciais hidráulicos cujo aproveitamento hidrelétrico ótimo seja igual ou inferior a 50 MW, atendendo os critérios do § 3º do art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RETIRAR

COPEL - I - às barragens^b construídas em local com vazão média de longo período seja inferior a $X \text{ m}^3/\text{s}^a$;

MME – RETIRAR - Não há porque vincular a navegabilidade à potência de aproveitamentos hidrelétricos. Propõe-se a supressão do parágrafo.

II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes.” (NR)

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RENUMERAR I – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante estudo técnico aprovado pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial” (NR)

COPEL - II – aos cursos de água cuja navegação seja considerada inviável mediante **avaliação da viabilidade técnica e econômica^a da implantação de hidrovias** aprovado pelo órgão competente do Ministério dos Transportes **em um prazo de 30 dias corridos^b.**” (NR)

MME – **RETIRAR** - Não há porque vincular a navegabilidade à potência de aproveitamentos hidrelétricos. Propõe-se a supressão do parágrafo.

Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pelo poder público do ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

ANEEL – Art. 4º A operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias constitui serviço público que pode ser prestado diretamente, ou sob regime de concessão, pela União ou pelo poder público de ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados.

MT-FRED - Art. 4º - As eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, quando houver aproveitamento de potencial hidráulico a ser outorgado por concessão, serão construídos pelo empreendedor energético, que as operará e manterá, na qualidade de outorgado da União nessas competências.

INCLUIR

§ 1º - O licenciamento ambiental do empreendimento hidroenergético far-se-á em conjunto com o das eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis;

§ 2º - As licitações para outorgas de potencial hidráulico poderão prever aporte de recursos do Tesouro Nacional para custeio das eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, devendo o julgamento da melhor proposta considerar a exigência de menor aporte de recursos para esse fim com os outros critérios de julgamento.

§ 3º - Todos os aproveitamentos de potencial hidráulico, mesmo os de pequena potência, deverão obedecer ao programa de que trata o § 3º do artigo 2º desta lei.

§ 4º - As operações e manutenções das eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis far-se-ão sob orientação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, autarquia especial federal vinculada ao Ministério dos Transportes

MME - “Art. 4º O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

INCLUIR

§ 1º A outorga para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis em aproveitamentos hidrelétricos será independente e autônoma da outorga para fins de geração de energia elétrica.

INCLUIR

§ 2º É de responsabilidade do prestador do serviço público de que trata o caput a execução ou a contratação das obras necessárias para a exploração de dispositivo de transposição hidroviária de níveis, respondendo inclusive pelo ressarcimento por danos eventualmente causados às instalações já existentes.”

Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para fins de geração de energia elétrica o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

MT-FRED - Art. 5º - Os barramentos que não sejam os de que trata o artigo 4º desta lei e os barramentos específicos para navegação deverão se processar sem prejuízo desta, arcando seus construtores com a construção, operação e manutenção de eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, se tais barramentos se derem em rios navegáveis.

MPOG Art. 5º Na concessão da exploração de potencial hidráulico para quaisquer fins, o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

COPEL - Art. 5º Na concessão da exploração de **direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem** o serviço de operação de eclusas e de outros dispositivos de transposição de níveis poderá:

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

I – ser prestado pelo mesmo concessionário do serviço de geração de eletricidade, em contrato único de concessão; ou

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RETIRAR

COPEL - I – ser prestado pelo mesmo concessionário **da exploração de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem**, em contrato único de concessão; ou

II - ser objeto de exploração direta pelo Poder Público; ou

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RENUMERAR

III – ser concedido após e de forma independente da construção da usina hidrelétrica e da operação do serviço de geração de eletricidade.

RETIRAR – MT-FRED

MPOG – RENUMERAR - II – ser concedido após e de forma independente da construção da barragem e da operação do serviço concedido.

COPEL - III – ser concedido após e de forma independente da construção da barragem e da operação do **serviço decorrente da exploração de direito de uso de recursos hídricos precedida de construção de barragem**.

§ 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

ABRAGE – RETIRAR

MT-FRED - § 1º Deverão ser obedecidos os programa de ação integrada de cada bacia hidrográfica.

MPOG - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no caput, o projeto e implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

ANEEL - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no § 1º, o projeto da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

COPEL - § 1º Em qualquer das hipóteses relacionadas no **caput**, o projeto e

implantação da barragem deverá prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, se a avaliação a que se refere o art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, acrescido pelo art. 2º desta Lei, assim o indicar.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.

ABRAGE – § 1º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, sendo que os custos referentes à implantação das eclusas deverão ser ressarcidos.

MT-FRED - § 2º Os custos a serem arcados pelos construtores dos barramentos federais de que trata este artigo irão até o limite da navegação existente ou possível em corrente livre, devendo os custos adicionais ser arcados pelo Tesouro.

§ 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos definidos no edital de concessão.

ANEEL - § 2º Quando a construção da eclusa envolver obras no corpo da barragem destinada a aproveitamento hidrelétrico, o respectivo concessionário poderá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão, desde que haja ressarcimento dos respectivos custos.

COPEL - § 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível^a envolver obras no corpo da barragem destinada ao serviço decorrente da exploração de direito de uso de recursos hídricos^b, o respectivo concessionário deverá executá-la, total ou parcialmente, nos termos do contrato de concessão.

INCLUIR - § 2-A Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível não envolver obras no corpo da barragem, a sua construção ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 3º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

ABRAGE – § 2º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

RETIRAR – MT-FRED

§ 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

COPEL - § 3º Quando a construção da eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível for parcial, nos termos do § 2º, a sua complementação ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

§ 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sempre sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado.

ABRAGE – RENUMERAR 3º

RETIRAR – MT-FRED

MPOG - § 4º A construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível fora do corpo do barramento ficará sob a responsabilidade do órgão gestor do transporte fluvial no curso de água barrado, caso tal procedimento não implique riscos à segurança do barramento.

MME - A proposição do novo art. 4º e seus parágrafos contemplaram as formas de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, citado nos incisos II e III, bem como a separabilidade da execução das obras, contrariamente às disposições dos §§ 1º e 2º, do Substitutivo. No que se refere ao § 3º, este se torna sem sentido, uma vez que o serviço público pode ser explorado pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que forem implantados. Quanto ao inciso I, cumpre ressaltar os cuidados no sentido de retratar a coerência com os princípios de independência e separabilidade, e a inserção de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis e de aproveitamento hidrelétrico em um mesmo contrato de concessão certamente resultará em conflitos na gestão do contrato. Assim, solicita-se a supressão desses dispositivos.

§ 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço de operação de uma eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, os custos deste não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.

ABRAGE – RENUMERAR 4º

RETIRAR – MT-FRED

MME - Não se apresentam observações contra a disposição do § 5º do art. 5º. Mas em função da supressão do referido artigo e dos incisos I a III, e §§ 1º a 4º, sugere-se a sua transformação em um artigo, com algumas adequações na redação de forma a compatibilizá-la às propostas apresentadas, como se segue:

“Art. 5º Qualquer que seja a forma de prestação do serviço público de exploração de dispositivo de transposição hidroviária de nível, os custos desta não poderão ser incluídos ou subsidiados pelos preços da energia elétrica ou de qualquer outro serviço público que faça uso da água da barragem.”

Art. 6º O art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art.4º

“XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características.” (NR)

COPEL – “XIX – determinar, quando couber, com base no planejamento de que trata o art. 1º, § 4º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, os casos de barramento em corpos de água de domínio da União em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição hidroviária de nível e fornecer suas principais características **baseado na avaliação da viabilidade técnica e econômica da implantação de hidrovias nesses cursos de água estabelecido no Art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.**” (NR)

MT-FRED - Art. 6º - As eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis, quando não houver aproveitamento de potencial hidráulico a ser outorgado por concessão

em rio não navegável, serão construídos e operados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes.

MME – Comentário. Não se deve dar à ANA, como agência reguladora e fiscalizadora dos recursos hídricos, o papel executivo de agente de governo planejador de hidrovias, muito menos de forma totalmente discricionária. Propõe-se a supressão do artigo.

Art. 7º O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subseqüentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....
V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR)

RETIRAR – MT-FRED

MME - Comentário - Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Contudo, verificando-se o inciso V original, aparentemente merece reflexão da área de transporte aquaviário.

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....
V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União;” (NR)

Art. 8º O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com seguinte redação:

MME - Sem comentários de mérito já que se trata de atribuições de órgão fora do setor elétrico. Está por inserir no texto original dos dois incisos citados, “inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União”. Todavia elimina parte final do texto original que deveria merecer reflexão do DNIT.

“Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....
RETIRAR – MT-FRED

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

RETIRAR – MT-FRED

MME - IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

.....” (NR)

RETIRAR – MT-FRED

MME - V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive dispositivos de transposição hidroviária de níveis em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante que proporcione:

ABRAGE – Art. 9º A operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º deverá garantir vazão mínima a jusante, desde que compatível com a característica hidrológica do rio e com a operação da usina, que proporcione:

RETIRAR – MT-FRED

ANEEL - Art. 9º A outorga de recursos hídricos deverá considerar a operação de comportas, sistemas geradores de energia elétrica e de outros equipamentos destinados a utilizar água de barragem que se enquadre no disposto no art. 2º de forma a garantir a vazão mínima a jusante que proporcione:

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível. De qualquer forma, substituir “barragem” por “reservatório”.

MME - Comentário. A definição do calado, caso a caso, não pode ser predeterminada por lei, nem que seja por uma regra qualitativa. Propõe-se a retirada da disposição.

I – em curso de água navegável, condições de navegação de embarcações com calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia;

ABRAGE – OK

Observação: Esta condição é válida quando o trecho do rio já se constituir em uma hidrovia. Caso contrário será necessário um estudo pelos órgãos competentes, de modo a definir o calado mínimo das embarcações;

RETIRAR – MT-FRED

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível, incluindo calado mínimo que deve corresponder ao calado do comboio-tipo definido para o trecho da hidrovia em que está localizada a barragem. De qualquer forma, estabelecer o calado mínimo igual ao calado médio utilizado nos últimos quinze anos no mesmo trecho de hidrovia pode resultar valor pequeno demais e causar prejuízo no futuro.

MME - Comentário. A definição do calado, caso a caso, não pode ser predeterminada por lei, nem que seja por uma regra qualitativa. Propõe-se a retirada da disposição.

II – em curso de água potencialmente navegável, condições de navegação de embarcações com o calado máximo que viabilize a utilização econômica da hidrovia.

ABRAGE – OK

Observação: Essa situação deverá ser condicionada a um estudo sobre o potencial econômico dessa navegação.

RETIRAR – MT-FRED

COPEL – OBS - Inócuo, pois o estabelecido no Art. 4º, inciso XIX da Lei nº 9.984 acrescido pela redação dada por esta Lei, já estabelece as principais características do dispositivo de transposição de nível, incluindo calado máximo que deve corresponder ao calado do comboio-tipo definido para o trecho da hidrovia em que está localizada a barragem.

MME - Comentário. Pode imputar custos desnecessários ao equipamento de transposição de níveis. Em suma, este tema deve ficar a cargo do planejamento setorial e estabelecido na outorga, não sendo matéria legal, mas tão somente tema técnico definido no ato de outorga.

ANEEL - Ademais, o calado que viabilize a utilização econômica da hidrovia pode, mesmo que remotamente, resultar em valor muito alto.

Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva.

ABRAGE – Art. 10. É obrigatória a implantação, simultaneamente à construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades, de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração reprodutiva, desde que os estudos ambientais apontem tais necessidades.

RETIRAR – MPOG

COPEL – OBS - Trata-se de assunto a ser contemplado no Licenciamento Ambiental e deve ser definido no âmbito do Comitê de Bacia, por ser um assunto local e difícil de ser generalizado em forma de Lei.

MME – RETIRAR – COMENTÁRIO

Parágrafo único, além dos dispositivos a que se refere o caput, a operação das barragens deverá prever descargas de água suficientes para o transbordamento do rio em trechos com incidência de lagoas marginais, em níveis que permitam a troca, entre as lagoas e o curso principal, de ovos e peixes jovens.

ABRAGE – RETIRAR - Justificativa: Essa operação é incompatível com a segurança de pessoas e instalações ribeirinhas a jusante.

RETIRAR – MPOG

COPEL – OBS - Trata-se de assunto a ser contemplado no Licenciamento Ambiental e deve ser definido no âmbito do Comitê de Bacia, por ser um assunto local e difícil de ser generalizado em forma de Lei. Nem todas as barragens tem esse problema.

MME – RETIRAR – COMENTÁRIO

Art. 11. O licenciamento ambiental de barragens de cursos de água destinadas a quaisquer fins será feito nos termos da legislação e das normas ambientais federais e estaduais.

COPEL – OBS - Artigo inócuo pois o assunto já está regulado.

MME - A legislação ambiental vigente, em Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente já estabeleceu as diretrizes necessárias ao licenciamento que trata o artigo 11, haja vista os termos da resolução CONAMA 01/86;

“Art. 11. O licenciamento ambiental de dispositivos de transposição hidroviária de nível deverá atender à legislação ambiental vigente e demais normas ambientais federais e estaduais aplicáveis.

§ 1º Para emissão da Licença Prévia (LP) da construção da barragem, deverão constar do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental:

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

MME - Parágrafo Único: No procedimento de licenciamento ambiental de eclusas e/ou dispositivos equivalentes de transposição hidroviário de nível deverá constar, a outorga de concessão para exploração e operação da atividade, emitidas pelos órgãos competentes.”

I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna do cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento;

MPOG I – a indicação e avaliação das obras de escadas para peixes ou outros dispositivos necessários à preservação da ictiofauna dos cursos de água, incluindo a localização de cada equipamento e as espécies de peixes encontradas na região;

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

II – o inventário das lagoas marginais situadas na área a ser inundada e a jusante da barragem, indicando as áreas inundadas após o período das cheias e ao final do período de vazante, e as espécies de peixes encontrados nas lagoas em ambos os períodos.

COPEL – OBS - Parágrafo inócuo pois o assunto já está regulado.

§ 2º A Licença de Implantação (LI) do empreendimento será condicionada:

COPEL – Art. 10. A Licença **Prévia (LP)** do empreendimento será condicionada:

I - à aprovação, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, do projeto da

eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

MPOG - I - à aprovação, pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial, num prazo de quatro meses do projeto da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

COPEL – I - à aprovação **no prazo de 60 dias^a**, pela **ANTAQ^b**, das **principais características^c** da eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível; ou

II – à emissão de parecer, pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

MT-FRED – RETIRAR

MPOG - II – à emissão de parecer, pelo órgão responsável pela política de navegação fluvial num prazo de dois concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

COPEL – II – à emissão de parecer **no prazo de 60 dias^a**, pela **ANTAQ^b**, concordando com a inviabilidade da navegação, conforme avaliação realizada nos termos do art. 13-A da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, com a redação dada por esta Lei.

Art. 12. O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores:

MME – RETIRAR - Comentário. Com referência ao item I do art. 12, o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos aplicáveis, qual seja a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) que estabeleceu as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, portanto a matéria trata de procedimentos de licenciamento ambiental já estabelecido no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente.

Com referência aos itens II a IV do mesmo artigo, as legislações referentes às normas para licitações e contratos da Administração Pública (Lei 8.666/1993) e a que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos (Lei 8.987/1995) já prevêem as penalidades contratuais e administrativas, a que se sujeita a concessionária, conforme previsto em editais específicos. Nesse sentido, solicita-se a exclusão do art. 12.

I – à suspensão das licenças ambientais dos empreendimentos correspondentes;

MME – RETIRAR - Comentário.

II – ao pagamento de multa diária equivalente a dez décimos por cento do valor patrimonial do empreendimento, até o máximo de 20%;

MME – RETIRAR - Comentário.

III – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

MME – RETIRAR - Comentário.

IV – à perda ou suspensão do direito de participação em licitações públicas e em linhas de financiamento de instituições oficiais de crédito.

MME – RETIRAR - Comentário.

Art. 13. O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à aplicação desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2009.